



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CULTURA, LINGUAGENS E TECNOLOGIAS
APLICADAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM POLÍTICAS E
GESTÃO CULTURAL**

**V CONFERÊNCIA ESTADUAL DE CULTURA
DESAFIOS E LIMITAÇÕES**

**COMISSÃO EXAMINADORA DA DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE
CURSO DE LAÍSE MARIA SILVA SAMPAIO DE CASTRO**

Prof. Dr. Prof. Dr. MICHEL FERNANDES DA ROSA
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB
(Orientador)

Prof^a. Dr. LUCIANO SIMÕES DE SOUZA
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB

LAYNO SAMPAIO PEDRA
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB

Aprovado em 13 de dezembro de 2019.

**Santo Amaro-BA
2020**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CECULT - CENTRO DE CULTURA, LINGUAGENS E TECNOLOGIAS
APLICADAS

LAÍSE MARIA SILVA SAMPAIO DE CASTRO

V CONFERÊNCIA ESTADUAL DE CULTURA
DESAFIOS E LIMITAÇÕES

Santo Amaro - BA

2019

LAÍSE MARIA SILVA SAMPAIO DE CASTRO

**V CONFERÊNCIA ESTADUAL DE CULTURA
DESAFIOS E LIMITAÇÕES**

Trabalho de Conclusão apresentado ao curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão e Política Cultural, pelo Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito parcial a obtenção do título de especialista.

Orientador: Prof. Dr. Michel Fernandes da Rosa

Santo Amaro - BA

2019

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

ANCINE - Agência Nacional do Cinema

APEB - Arquivo Público do Estado da Bahia

BTCA - Balé do Teatro Castro Alves

CEC - Conselho Estadual de Cultura

CFC - Conselho Federal de Cultura

CNDA - Conselho Nacional de Direito Autoral

CODEC - Coordenação de Desenvolvimento Cultural

DEPEC - Departamento de Equipamentos Culturais

DESC - Departamento de Ensino Superior e de Cultura

DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

FCBA – Fundo de Cultura do Estado da Bahia

FPC - Fundação Pedro Calmon

FUNARTE - Fundação Nacional de Arte

FUNCEB - Fundação Cultural do Estado da Bahia

FUNCULTURA - Fundo de Cultura da Bahia

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

I CEC – Primeira Conferência Estadual de Cultura

II CEC – Segunda Conferência Estadual de Cultura

III CEC – Terceira Conferência Estadual de Cultura

IRDEB - Instituto de Radiodifusão da Bahia

IPAC - Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural

IPEA - Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas

INCE - Instituto Nacional do Cinema Educativo

INL - Instituto Nacional do Livro

MAB - Museu de Arte da Bahia

MAM - Museu de Arte Moderna

MEC - Ministério da Educação e Cultura

MinC - Ministério da Cultura

MS - Ministério da Saúde

OSBA - Orquestra Sinfônica da Bahia

PAC - Plano de Ação Cultural

SEC - Secretaria de Economia Criativa

SECULT - Secretaria de Cultura da Bahia

SIC - Sistema de Informações Culturais

SIIC - Sistema de Informações e Indicadores Culturais

SNC - Sistema Nacional de Cultura

TCA - Teatro Castro Alves

V CEC – Quinta Conferência Estadual de Cultura

RESUMO

O presente trabalho busca analisar a realização da V Conferência Estadual de Cultura do Estado da Bahia, trazendo como reflexões as fragilidades no cenário político e econômico, os avanços e inovações no que tange o seu processo metodológico, além de discutir a importância de uma participação social efetiva na elaboração de políticas públicas para o setor. As etapas aqui descritas e vivenciadas foram fundamentais na pesquisa, aliadas à uma fundamentação teórica baseada na compreensão de conceitos essenciais numa gestão democrática. O estudo visa contribuir não apenas com a compreensão desse componente do Sistema de Cultura, mas avaliar seus desdobramentos e efetivação dos objetivos propostos.

Palavras chave: Conferência Estadual de Cultura; Políticas Públicas; Participação Social.

ABSTRACT

This work analyzes the accomplishment of the V State Conference of Culture of the State of Bahia, bringing as reflections the weaknesses in the political and economic scenario, the advances and innovations regarding its methodological process, also discussing the importance of a social participation effective in the elaboration of public policies for the sector. The steps described and experienced here were fundamental in the research, allied to a theoretical foundation based on the understanding of essential concepts in a democratic management. The study aims to contribute not only to the understanding of this component of the Culture System, but also to evaluate its consequences and the realization of the proposed objectives.

Keywords: State Conference of Culture; Public policy; Social Participation.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	08
2. POLÍTICAS CULTURAIS.....	10
2.1. POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL	10
2.2. POLÍTICAS CULTURAIS NO ESTADO DA BAHIA.....	18
3. SISTEMAS DE CULTURA.....	23
3.1. SISTEMA NACIONAL DE CULTURA.....	23
3.2. SISTEMA ESTADUAL DE CULTURA.....	25
4. V CEC - UMA POLÍTICA DE ESTADO PARA A CULTURA: DESAFIOS DO SISTEMA ESTADUAL DE CULTURA.....	27
4.1 DAS CONFERÊNCIAS ANTERIORES	27
4.2 DA V CONFERÊNCIA ESTADUAL DE CULTURA.....	28
4.3 ETAPA MUNICIPAL	30
4.4 ETAPA TERRITORIAL	32
4.5 ETAPA SETORIAL	33
4.6 ETAPA ESTADUAL.....	35
5. CONCLUSÃO	37
ANEXOS	39
REFERÊNCIAS.....	44

1. INTRODUÇÃO

A motivação desse estudo foi desenvolvida através da minha experiência profissional na gestão pública de cultura, na atuação em diversos setores da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia. O trabalho na Superintendência de Desenvolvimento Territorial da Cultura foi determinante nesta escolha, lá pude participar da elaboração e execução de projetos e programas que nortearam as diretrizes de atuação da Secretaria nas últimas gestões, principalmente no campo da institucionalização.

O recorte será na V Conferência Estadual de Cultura, que teve como tema “Uma política de estado para a cultura: desafios do Sistema Estadual de Cultura”, da qual fui coordenadora de produção e acompanhei todo o processo de elaboração, mobilização e execução. Leva-se em consideração, ainda, meu histórico de participações nas III e IV conferências, como participante e mediadora, respectivamente.

As Conferências de Cultura são espaços de debate e proposição de políticas, programas e ações para o campo cultural, feitas por representantes do poder público, da sociedade civil, das comunidades culturais, artistas, produtores, agentes e articuladores. É uma das formas da sociedade civil interferir e participar da formulação e execução das políticas culturais, visando garantir uma gestão democrática da política cultural do município, do estado e do país. É, também, um importante componente do Sistema de Cultura.

Neste sentido, o presente projeto se propõe a verificar a metodologia aplicada na V Conferência Estadual de Cultura da Bahia, associando a experiência já mencionada ao estudo dos conceitos de política pública de cultura e participação social, procurando identificar como a proposta e os seus resultados contribuíram para o avanço nas políticas culturais do Estado. Busca, também, compreender como essas instâncias de participação interferem no processo de elaboração dessas políticas, assim como a eficácia de mecanismos e canais de diálogos entre a sociedade civil e o poder público.

A compreensão da importância do planejamento para a gestão pública da cultura, bem como a existência de um instrumento que fortaleça e sedimente o campo da cultura no estado da Bahia, tal qual o Plano Estadual de Cultura e suas conferências de cultura, pretende nortear esta investigação. Enxergar os espaços de diálogo entre o

poder público e a sociedade civil como marcos históricos na construção dessas políticas são fundamentais, uma vez que o campo se encontra em fase de consolidação.

Diferente das anteriores, o objetivo da V Conferência foi reunir a população para avaliar as políticas públicas de cultura com caráter devolutivo, onde foram apresentadas as ações, programas, projetos e políticas já realizadas pela Secretaria de Cultura, a partir de propostas da sociedade civil apresentadas nas conferências anteriores. Foi estruturada a partir de dois grandes objetivos: ampliar e consolidar a participação social na construção das políticas culturais no estado e nortear a atuação da Secretaria de Cultura nos anos seguintes, especialmente na implementação do Sistema Estadual de Cultura.

No primeiro capítulo serão tratados conceitos essenciais para a compreensão deste estudo, como políticas culturais e políticas públicas para a cultura, a partir de uma revisão bibliográfica, traçando um histórico dessas políticas no Brasil e na Bahia, além de refletir sobre o desenvolvimento da Secretaria Estadual de Cultura. No segundo capítulo serão analisados os processos de implantação e implementação dos Sistemas Nacional e Estadual de Cultura e, seus componentes.

Uma vez compreendido o percurso histórico das políticas culturais nos âmbitos nacional e estadual, assim como as estruturas de regulação dessas políticas, será dado enfoque ao objeto desta pesquisa, que é a V Conferência Estadual de Cultura. Neste capítulo buscarei descrever aspectos de sua realização, em toda as suas etapas, fazendo uma análise da metodologia aplicada, suas fragilidades e desdobramentos.

2. POLÍTICAS CULTURAIS

Políticas culturais, por se tratar de um estudo relativamente recente¹, são compreendidas a partir do entendimento de conceitos importantes e complexos: cultura e política. Estão ancoradas no campo de atuação e em propostas desenvolvidas por entes do poder público e da sociedade civil, desde organizações não governamentais, até empresas privadas e atores sociais. De tal forma, este capítulo será dedicado à fundamentação teórica de conceitos essenciais para a sua compreensão, bem como seu processo histórico.

2.1. POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL

Discutir o campo da cultura nos remete a um grande desafio: a compreensão das relações entre diversidade cultural, perpassando pelas várias perspectivas dos atores sociais envolvidos, e a participação social, com implicações na construção de uma sociedade plural e democrática.² Envolve uma análise da diversidade enquanto um espaço mais amplo do que o reconhecimento das diferenças entre as expressões culturais, somadas, aqui, as instâncias simbólicas que configuram os modos de pensar e agir, os valores envolvidos e as singularidades das práticas, que nem sempre são compreensíveis a todos.

Essa conexão da cultura com as dimensões políticas demanda não apenas o reconhecimento dessas diferenças, mas a construção e consolidação de novas práticas e valores permeados por respeito mútuo, interculturalidade e estímulo às participações de fato representativas. Tem-se aí um protagonismo das identidades, tratadas aqui enquanto representações e, conseqüentemente, dos processos coletivos de construção das políticas públicas.

¹ Há que se levar em consideração que o campo das políticas culturais, no início dos anos 2000, era ainda algo em gestação, se estruturando e consolidando no decorrer dos anos.

² José Márcio Barros, em *Cultura, Diversidade e os Desafios do Desenvolvimento Humano – 2008*, indica como a cultura, tendo a diversidade cultural como pilar, pode permear a malha das políticas públicas, sejam elas culturais, sociais, econômicas ou de desenvolvimento, em que pese dois cenários opostos.

O fortalecimento das instâncias participativas e deliberativas, vindo como consequência da política pública de cultura enquanto direito social, vem reconfigurando as relações entre a sociedade civil e o Estado³. Neste contexto, o poder público tem um papel essencial enquanto mediador desse processo, ao passo que não só convoca essa participação, mas estimula e incentiva os processos coletivos de produção artística e cultural, trazendo mecanismos de gestão que garantem não só uma acessibilidade mais ampla, mas também reforça o sentimento de valorização e pertencimento.

A origem das políticas culturais brasileiras é recente⁴. Além do aspecto tardio, elas enfrentaram (e enfrentam) enormes dificuldades, destacando os desafios colocados pelas três tristes tradições das políticas culturais nacionais no Brasil: a ausência, o autoritarismo e a instabilidade (RUBIM, 2008). Tem-se uma construção histórica marcada por um caráter tardio, descontínuo, com impasses e paradoxos.

As primeiras ações deste campo datam a partir de 1930, no governo Getúlio Vargas. Neste momento duas frentes se destacaram, estabelecendo um marco regulatório da implantação dessas políticas: (i) a atuação de Mário de Andrade no Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo (1935 – 1938) e; (ii) as diretrizes propostas por Gustavo Capanema a frente do Ministério da Educação e Saúde⁵. A gestão da cultura era de responsabilidade do Ministério da Educação e Saúde e tinha como objetivo a valorização de uma identidade nacional, cujas marcas são a cordialidade e o pacifismo (BARBALHO, 2007).

Mário de Andrade se destacou por seu perfil inovador, abrangente e criativo na implementação das políticas culturais no Brasil, conforme apontado por Rubim:

³ A partir da década de 70, essa relação foi sendo reformulada, criando novas formas de participação social e de diálogo com o poder público. Os movimentos populares e as instituições da sociedade civil passaram a articular demandas e a promover alianças que fortaleceram as resistências, intensificando assim as pautas sociais e políticas e, com isso, conquistando direitos civis e sociais. Pedro Roberto Jacobi em *Reflexões sobre as possibilidades de inovação na relação poder público-sociedade civil no Brasil – 2001*, defende que os movimentos não só tiveram papel relevante no estabelecimento de estruturas democráticas fundamentais propícias à participação popular, mas também exerceram um impacto substancial sobre as formações normativas do eleitorado e, portanto, sobre a arena política formal.

⁴ Vide nota 1.

⁵ Pode parecer surpreendente que uma experiência municipal seja reivindicada em um panorama histórico acerca das políticas culturais nacionais. Acontece que ela, por suas práticas e ideários, transcende em muito as fronteiras paulistanas. Não por acaso este é um dos episódios mais estudados das políticas culturais no Brasil (ABDANUR, 1992; BARBATO, Jr, 2004; CHAGAS, 2003; RAFFAINI, 2001; SCHELLING, 1991).

Sem pretender esgotar suas contribuições, pode-se afirmar que Mário de Andrade inova em: 1. Estabelecer uma intervenção estatal sistemática abrangendo diferentes áreas da cultura; 2. Pensar a cultura como algo “tão vital como o pão”; 3. Propor uma definição ampla de cultura que extrapola as belas artes, sem desconsiderá-las, e que abarca, dentre outras, as culturas populares; 4. Assumir o patrimônio não só como material, tangível e possuído pelas elites, mas, também como algo imaterial, intangível e pertinente aos diferentes estratos da sociedade; 5. Patrocinar duas missões etnográficas às regiões amazônicas e nordestina para pesquisar suas populações [...] (RUBIM, 2007).

Na perspectiva nacional, entre as décadas de 30 e 40, o início do processo de construção foi demarcado pelas ações propostas por Gustavo Capanema, momento no qual instituições determinantes para a implementação dessas políticas foram criadas, dentre elas o Serviço Nacional de Teatro (SNT), o Instituto Nacional do Livro (INL), o Instituto Nacional do Cinema Educativo (INCE), o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), além da criação do primeiro Conselho Nacional de Cultura. Ressalto ainda o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que atuava no desenvolvimento das áreas de radiodifusão, teatro, cinema, turismo e imprensa, exercendo ainda o controle da propaganda do governo e da censura.

O período compreendido entre 1945 e 1964 foi marcado por um desenvolvimento expressivo da iniciativa privada, sem o protagonismo do Estado, sendo importante destacar o desmembramento do Ministério da Educação e Saúde, em 1953, criando os Ministérios da Saúde (MS) e Ministério da Educação e Cultura (MEC).

Com o governo militar a produção cultural começou a traçar outros rumos, com a retomada do projeto de maior institucionalização da produção artística e cultural. Neste sentido, uma importante ação sinaliza essa atuação, que foi a reformulação do Conselho Nacional de Cultura, com posterior criação do Conselho Federal de Cultura (CFC), traçando um novo panorama para o desenvolvimento do campo. Outro destaque foi a elaboração do Plano de Ação Cultural (PAC), já no final do governo do Presidente Médici, que tinha como meta prioritária a implementação de um calendário de fomento cultural, promovendo assim a promoção e difusão de eventos artísticos culturais.

A década seguinte foi marcada pelo fortalecimento da cultura enquanto setor, através da criação de órgãos estratégicos, como parte do Plano Nacional de Cultura

e diretrizes de atuação do MEC, como o Conselho Nacional de Direito Autoral (CNDIA), a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro e a Fundação Nacional de Arte (FUNARTE). Ainda no final da década de 1970, o Departamento de Assuntos Culturais foi substituído pela Secretaria de Assuntos Culturais. Em 1981, Aloísio Magalhães assumiu a direção dessa secretaria que passou a se chamar Secretaria de Cultura, sendo formada por duas subsecretarias: a de Assuntos Culturais, ligada a FUNARTE, e a de Patrimônio ligada ao IPHAN e a Fundação Pró-Memória.

Neste momento é interessante tratar também do papel da associação da classe trabalhadora no processo de conquista dos direitos. Gerschman frisa que o final da década de 70 foi um momento *sui generis* na política brasileira no que se relaciona ao papel da relação entre Estado e sociedade civil. Segundo ela, um movimento febril de agitação e oposição política atravessou toda a sociedade, promovendo um amplo debate e mobilização social em prol do fim do regime autoritário e da democratização do País (GERSCHMAN, 2004).

Em 1985, no governo do então Presidente José Sarney, foi criado o Ministério da Cultura. No ano seguinte foi promulgada a Lei nº 7.505/1986, conhecida como Lei Sarney, que buscava superar as limitações financeiras da administração pública por meio de incentivos fiscais. No entanto a mesma não foi suficiente dirimir as dificuldades orçamentárias, a respeito Rubim discorre:

A lei foi concebida em um momento de fragilidade institucional na área, ainda que, de modo ambíguo, o governo estivesse criando diversos órgãos em cultura, a exemplo do próprio ministério e de outros organismos [...]. A rigor ela terminava por contrair todo este esforço e investimento em novos organismos, pois introduzia uma ruptura radical com os modos, até então vigentes, de financiar a cultura. Em vez de financiamento direto, agora o próprio estado propunha que os recursos fossem buscados pretensamente no mercado, só que o dinheiro em boa medida era público, decorrente do mecanismo de renúncia fiscal. A nova lei, em um momento de escassez de recursos estatais, funcionou como outro componente no jogo de ambiguidade que caracterizou a chamada Nova República. O Estado aparentemente cresce, mas o mercado ganha poder de decisão (RUBIM, 2007).

Iniciado em 1990, o governo Collor, num retrocesso que se revive atualmente, extinguiu, além do Ministério da Cultura, outros vários órgãos⁶, configurando um

⁶ Pela Lei 8.029/90, 22 órgãos da administração federal, entre autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista foram extintos, dentre eles a Funarte, Embrafilme, Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

enfraquecimento da área cultural. Em 1991 foi promulgada a Lei 8.313, a Lei Rouanet, que traz um aprimoramento da Lei Sarney e, em 1992, no governo de Itamar Franco, o MinC foi restabelecido, além de ter sido criada a Lei 8.685, Lei do Audiovisual. Tinha-se o início de um processo de reestruturação da política cultural, mais voltada para as leis de mercado.

O governo de Fernando Henrique Cardoso, com uma política cultural pouco efetiva, fortaleceu a atuação determinante da iniciativa privada na configuração do campo através de reformulações da Lei de Incentivo, concedendo um poder maior de deliberação sobre o que de fato era fomentado. Neste momento a Lei Rouanet se tornou um instrumento de marketing cultural para as empresas patrocinadoras. Esse período foi caracterizado por muita instabilidade e grande concentração na aplicação dos recursos⁷, tanto no que se refere à grupos de produtores e artistas, quanto na perspectiva das áreas apoiadas e na regionalidade, refletido até hoje na concentração do movimento cultural fomentado no eixo sul/sudeste.

Os governos do presidente Luis Inácio Lula da Silva e da presidente Dilma Roussef foram determinantes na reconfiguração do campo, enfatizando o papel do Estado na formulação das políticas culturais, bem como ampliando o conceito de cultura, em suas dimensões simbólicas, cidadã e econômica. Segundo Barbalho:

[...] a questão identitária se pluraliza. É recorrente em documentos e falas oficiais o uso plural das palavras como política, identidade e cultura: as políticas públicas, as identidades nacionais e as culturas brasileiras. [...]. A preocupação da gestão Gilberto Gil está em revelar os brasis, trabalhar com as múltiplas manifestações culturais, em suas variadas matrizes étnicas, religiosas, de gênero, regionais etc. (BARBALHO, 2007).

Inaugurou-se, assim, uma nova política cultural, e, a partir desse momento, se iniciou a construção de uma política pública, de fato, para a cultura. Destaca-se os períodos de gestão do cantor e compositor Gilberto Gil, seguido por Juca Ferreira que, considerando o histórico das políticas culturais brasileiras, implementaram uma nova concepção do papel do Estado nas políticas culturais, baseada na

⁷ Se houve política de cultura, ela se concentrou em ampliar a utilização das leis de incentivo pelo mercado. Enquanto no governo Itamar, 72 empresas utilizaram leis de incentivo (CASTELLO, 2002) no governo Cardoso / Wellfort este número cresceu assustadoramente, com concentração no eixo Rio / São Paulo: 235 (1995), 614 (1996), 1133 (1997), 1061 (1008), 1040 (1999), (RIBEIRO, 2012).

democratização da cultura, valorização da diversidade, ampliando o conceito de cultura e o estímulo ao uso de mecanismos de participação social⁸.

Adotou-se, a partir deste período, o conceito “antropológico” de cultura, considerado mais alargado, para que, por consequência, o público privilegiado não seria mais o dos criadores, mas a sociedade brasileira em geral. Enfatizou, também, a retomada do papel ativo do Estado na formulação das políticas culturais (RUBIM, 2007).

Analisando a atuação do Ministério da Cultura no primeiro governo Lula, observaremos outra perspectiva em relação aos períodos anteriores. Segundo Barbalho:

[...] a questão identitária se pluraliza. É recorrente em documentos e falas oficiais o uso plural das palavras como política, identidade e cultura: as políticas públicas, as identidades nacionais e as culturas brasileiras. [...]. A preocupação da gestão Gilberto Gil está em revelar os brasis, trabalhar com as múltiplas manifestações culturais, em suas variadas matrizes étnicas, religiosas, de gênero, regionais etc. (BARBALHO, 2007).

Tem-se nesse período um redimensionamento do lugar da cultura no campo das políticas públicas. Procurou-se adotar uma postura representativa e democrática, com garantias ancoradas na participação e cooperação. A estrutura governamental passa a ser organizada a partir de uma lógica de implementação com ações estruturantes, direitos garantidos institucionalmente e uma participação social cada vez mais expressiva. As artes e a cultura deixam de ser concebidas como meros instrumentos de lazer e passam a integrar um espaço importante de articulação que perpassa questões políticas, econômicas e sociais.

Tivemos, ainda, a gestão de Ana de Hollanda, que assumiu a pasta por apenas um ano, e foi seguida por Marta Suplicy. Ambas as gestões mantiveram o investimento em ações estruturantes, permitindo assim uma melhoria significativa de espaços de gestão intergovernamental e de cogestão com os movimentos culturais (BOTELHO, 2007).

⁸ Diretrizes gerais do Plano Nacional de Cultura.

Um ponto importante a destacar é a preocupação com a produção e sistematização de conteúdos referentes a política pública de cultura. Foi estabelecido um diálogo com órgãos de pesquisa federais, em especial com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), tendo como resultados estudos e documentos que pautaram a elaboração da política cultural no Brasil nos últimos anos⁹, permitindo um conhecimento mais efetivo sobre a realidade e a potência do campo da cultura, base fundamental neste processo.

Neste ponto, cabe a ressalva de uma fragilidade do próprio campo da gestão pública de cultura, a de que estes esforços buscaram dar conta de sanar as demandas do campo, mas ainda hoje se mostram insuficientes. A recorrente discussão da necessidade de produção de conteúdo sobre o campo da cultura, com foco aqui a gestão pública, remete à importância dessa noção do setor no planejamento e elaboração de políticas, diretrizes, programas e ações que deem conta da complexidade do campo.

A exemplo, a criação de redes setoriais, projetos de salvaguarda e memória, ações de incentivo à leitura, como a implantação e implementação de bibliotecas comunitárias, implantação, instalação e modernização de espaços e equipamentos culturais, dentre outros, são medidas que, mesmo viáveis, ainda não são devidamente adotadas. Soma-se também as descontinuidades políticas partidárias e dificuldades orçamentárias, problemáticas que são abordadas com frequência nos espaços de participação social.

Diante de uma crise política generalizada e através de uma política reformista de viés liberal, marcada pelo enfraquecimento dos processos de participação social, o governo de Michel Temer representou a descaracterização das políticas até então construídas. Essa descaracterização, por sua vez, culminou no cenário político do governo atual, com a extinção (com posterior retomada) do Ministério da Cultura e esvaziamento dos fundamentos da diversidade, que deveriam nortear as políticas públicas para o campo.

⁹ A exemplo a publicação pelo Ipea dos *Cadernos de Políticas Culturais - Política Cultural no Brasil, 2002-2006: acompanhamento e análise, em 2007* e, o *Sistema de Informações e Indicadores Sociais – SIIC*, através do convênio do IBGE e do Ministério da Cultura, em 2004.

No atual governo, o presidente Jair Bolsonaro não apresenta diretrizes e posicionamentos que sinalizem a implementação das políticas que já estavam em vias de consolidação, além de não apresentar uma proposta de política sólida de desenvolvimento cultural. Eliminou a pasta no seu primeiro dia de governo sem qualquer diálogo com setores representantes do campo¹⁰, desfez as instâncias participativas, dissolveu dos Conselhos, limitou o acesso à política de incentivo fiscal, promoveu censura à produção artística, especialmente no campo do audiovisual, dentre outras ações que promovem instabilidade e enfraquecimento do campo cultural.

O descaso dado à pasta nesta gestão tem sido cada vez mais discutida, e as consequências desse cenário são preocupantes. O cinema, por exemplo, pela primeira vez desde a extinção da Embrafilme, na gestão de Fernando Collor, vivencia um impasse produtivo, com editais em espera, produções engavetadas, mercado em estado de suspensão, uma cadeia produtiva ociosa e descontente, corte de verbas, e suspensão de convênios, além de promessas de censura à produção audiovisual¹¹.

Num cenário de intensas críticas e embates com o principal órgão de fomento às produções audiovisuais, a Agência Nacional do Cinema – ANCINE, o primeiro Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) sob a gestão de Jair Bolsonaro, surpreendeu ao trazer como tema a "Democratização do acesso ao cinema no Brasil".¹² Uma discussão representativa e necessária, contrastada pela decisão de realocar a Secretaria Especial de Cultura, que deixou de fazer parte do Ministério da Cidadania e passa a fazer parte da estrutura organizacional do Ministério do Turismo¹³, sem uma contextualização e um plano de governo claro e bem definido. Observa-se uma desmobilização institucional do campo, não só com esses embates

¹⁰ Vide Medida Provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019.

¹¹ Informações obtidas através do acompanhamento do Diário Oficial da União, com o atraso de resultados de editais, convênios suspensos e, também, através da leitura das Instruções Normativas recentemente publicadas pela ANCINE, que apresentam dificuldades na operacionalização dos recursos, bem como o acesso de produtoras audiovisuais independentes. Cito aqui a Instrução Normativa nº 150, que altera pontos referentes à regulamentação da elaboração, apresentação, análise, aprovação e acompanhamento da execução de projetos audiovisuais realizados por meio de ações de fomento indireto e de fomento direto, sobretudo no referente à movimentação de recursos captados pelos produtores.

¹² < <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=82061> >, acesso em 05 de novembro de 2019.

¹³ Decreto nº 10.107, de 6 de novembro de 2019, assinado pelo presidente da República e publicado em 7 de novembro de 2019 no Diário Oficial da União.

com instituições e atores culturais, mas também com uma instabilidade devido o esvaziamento das suas funções enquanto pasta.

2.2. POLÍTICAS CULTURAIS NO ESTADO DA BAHIA

As primeiras referências de políticas culturais na Bahia datam de 1947, no governo de Otávio Mangabeira, com a criação do Departamento de Cultura, lotado na Secretaria de Educação e Saúde, sob a gestão de Anísio Teixeira. Este período foi marcado pela implantação de iniciativas relevantes no apoio e difusão das artes¹⁴.

Nas décadas seguintes, foram estabelecidos marcos importantes no desenvolvimento do campo. Dentre eles a construção do Teatro Castro Alves¹⁵, que seria inaugurado pelo governador Antonio Balbino, mas que devido a um incêndio só pôde ser aberto anos depois, no governo Lomanto Júnior e, a inauguração do Museu de Arte Moderna (MAM)¹⁶, que demarcou o município de Salvador no espaço nacional e internacional de arte moderna.

Durante o período da ditadura militar o desenvolvimento cultural foi fortemente comprometido. Uma política que vinha se desenvolvendo desde a década de 40 teve uma expressiva baixa, com a opressão de movimentos culturais e exílio de uma intelectualidade cultural representativa¹⁷. Durante o governo Luís Viana Filho (1967 – 1971) ocorre uma reforma administrativa na Secretaria de Educação e Cultura e o Departamento de Ensino Superior e de Cultura – DESC passou a ser o órgão responsável pela política cultural, além de ter sido criada a Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural, também conhecida como Fundação Pelourinho e construído o prédio que abrigou a Biblioteca Central do Estado.

¹⁴ Vale destacar três destas iniciativas, a primeira foi a “Exposição de Arte Contemporânea” organizada pelo escritor carioca Marques Rebelo, a segunda foi a pintura de painéis no Centro Educacional Carneiro Ribeiro, realizada por artistas modernistas convidados por Anísio Teixeira, e por último a criação dos Salões Baianos de Belas Artes (BARBOSA, 2009).

¹⁵ Iniciada em 1948, sendo inaugurado somente em 1967.

¹⁶ Fundado no início da década de 1960, inicialmente localizava-se no Teatro Castro Alves, tendo mudado para o endereço atual no ano de 1963.

¹⁷ Dentre eles diretores teatrais: Augusto Boal, José Celso Martinez Corrêa; artistas plásticos: Lygia Clark, Hélio Oiticica, Rubens Gerchman, Antônio Dias; poetas: Ferreira Gullar, Thiago de Mello, Vinícius de Moraes; cineastas: Glauber Rocha, Rogério Sganzerla, Cacá Diegues; músicos e compositores: Chico Buarque de Holanda, Geraldo Vandré, Tanguara, Gilberto Gil, Caetano Veloso, Jards Macalé, Jorge Mautner, Nara Leão, Raul Seixas.

Durante a primeira gestão do governo de Antônio Carlos Magalhães (1971 – 1975) foi criada a Fundação Cultural do Estado da Bahia (FUNCEB), vinculada à Secretaria de Educação e Cultura e que tinha (e tem) como propósitos a preservação do acervo cultural e a promoção e difusão da arte e cultura. Em sua estrutura foram incorporadas o Teatro Castro Alves (TCA), o Museu de Arte da Bahia (MAB) e o Museu de Arte Moderna (MAM). Foram criados ainda o Balé do Teatro Castro Alves (BTCA), o Quarteto de Cordas e a Orquestra Sinfônica da Bahia (OSBA). Durante o segundo governo de Antônio Carlos Magalhães (1979 – 1982) a ação da entidade esteve focada na promoção e na valorização da identidade cultural baiana.

Entre 1983 e 1986, durante a gestão de João Durval, o grande marco foi a criação dos Centros de Cultura, em 07 (sete) municípios da Bahia, que inauguram a descentralização das políticas culturais. Canedo observa que:

O objetivo propagado era o de promover a circulação da cultura em nível estadual. Os espaços construídos foram: Centro de Cultura Camilo de Jesus Lima (Vitória da Conquista); Centro de Cultura de Porto Seguro; Centro de Cultura Olívia Barradas (Valença); Centro de Cultura João Gilberto (Juazeiro); Centro de Cultura de Alagoinhas; Centro de Cultura Adonias Filho (Itabuna) e Centro de Cultura Amélio Amorim (Feira de Santana) (CANEDO, 2008).

Ainda durante a gestão de João Durval, o Instituto de Radiodifusão da Bahia – IRDEB, criado em 1969, foi transformado em Fundação e, a Fundação Pedro Calmon (FPC) – Centro de Memória Viva da Bahia, foi criada.

Em 1986, ano em que Waldir Pires assume, na primeira eleição direta, o cargo de governador, foi feita uma reforma administrativa, sendo criada a Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, desvinculada da Secretaria de Educação, e com o propósito de preservar a memória e a tradição do Estado, fomentar as ações culturais dos segmentos da sociedade e fomentar as ações culturais. Assumida pelo compositor e poeta José Carlos Capinam, a pasta integrava a Fundação Cultural do Estado da Bahia (FUNCEB), o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (IPAC), o Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB) e a Fundação Pedro Calmon (FPC).

Diante do desafio de delimitar as atuações da Secretaria com a da Fundação Cultural, que até então era o principal órgão gestor de cultura do Estado, Nilo Coelho, que assume o governo após renúncia de Waldir Pires, realizou nova reforma administrativa através da Lei 5.121/89, modificando a estrutura da Secretaria de Cultura, conforme observado por Canedo:

A Fundação Cultural foi transformada em Fundação das Artes, com o objetivo de fomentar as linguagens criativas. Também foram criados: a Coordenação de Desenvolvimento Cultural (CODEC), responsável pela interlocução com os municípios baianos e pela realização de debates sobre a cultura na Bahia; o Departamento de Equipamentos Culturais (DEPEC), para centralizar a administração dos equipamentos culturais da Secretaria; e o Sistema de Informações Culturais (SIC). Quase todos os dirigentes, geralmente pessoas ligadas ao setor cultural, foram substituídos, inclusive o próprio secretário, José Carlos Capinam. Assumiram a gestão da pasta, Joir da Silva Martins Brasileiro e, logo em seguida, Oswaldo Teixeira de Almeida, que também era Secretário Extraordinário para Assuntos de Ciência Tecnologia e Ensino Superior (CANEDO, 2008).

As questões relativas à Cultura da época foram, em certos aspectos, relevantes à situação política do estado. A falta de desenvolvimento das políticas que buscavam a interiorização de ações culturais e a problemática situação do Teatro Castro Alves (que chegou a ser retirado da estrutura da Fundação Cultural e teve sua necessidade de reforma, só realizada na Concha Acústica) se tornaram fatores na campanha de Antônio Carlos Magalhães, que se elege novamente para governador, em mandato que durou até 1994.

Durante os quatro anos de gestão foi observado intensamente a associação da política cultural ao turismo, com a reforma e valorização de espaços turísticos, principalmente em áreas históricas e na orla marítima, ressaltando o sentimento de 'baianidade', como marca simbólica da identidade cultural baiana. Como leciona Fernandes:

(...) Antônio Carlos – ou “Toninho ternura” como procura se construir no folclore baiano – é um patriarca familiarizado com os valores comuns e identitários, inscritos na idéia corrente sobre baianidade. É importante salientar que a baianidade tem como um de seus núcleos centrais a familiaridade. A Bahia como a terra de comadres e compadres – uma “família baiana”. Fernandes (2006) *apud* Antônio Albino Rubim (2001)

Nesta gestão ainda, a pasta da Cultura volta a integrar a Secretaria de Educação, que passa a se chamar Secretaria de Educação e Cultura, a Fundação das Artes volta a ser denominada de Fundação Cultural do Estado da Bahia, voltando a assumir o papel de principal órgão gestor da cultura.

Durante o governo de seu sucessor, Paulo Souto, foi mantida a política neoliberal e a visão de cultura associada ao turismo. Neste momento foi criada a Secretaria de Cultura e Turismo (SCT), comandada por Paulo Gaudenzi, que até

então ocupava o cargo de presidente da Bahiatursa. Com as mudanças estruturais, o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (IPAC), a Fundação Cultural do Estado da Bahia (FUNCEB), a Fundação Pedro Calmon (FPC), o Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), o Conselho Estadual de Cultura (CEC) e a própria Bahiatursa, antes ligada à Secretaria de Indústria e Comércio passaram a compor a estrutura da Secretaria de Cultura e Turismo.

No Final dos anos 90, foram criados o Programa Estadual de Incentivo à Cultura (Fazcultura), o projeto Pelourinho Dia e Noite, o projeto Sua Nota é um Show, sendo também realizadas obras de recuperação de importantes equipamentos culturais, como o Complexo Cultural Biblioteca Pública dos Barris, que incluía o Espaço Xis (depois vindo a ser chamado de Xisto), a Sala Walter da Silveira, Sala Alexandre Robatto e a criação da Galeria Pierre Verger.

Já nos anos 2000 são retomadas ações que impulsionaram a política de territorialização, que viria a ser consolidada no governo de Jaques Wagner. O IRDEB volta a ser incorporado à Secretaria de Cultura e Turismo e o Arquivo Público do Estado da Bahia passa a fazer parte da Fundação Pedro Calmon. Na gestão de Paulo Souto foi lançado ainda o Fundo de Cultura da Bahia (FUNCULTURA), que financiava, a fundo perdido, parcial ou integralmente, ações culturais com baixo apelo mercadológico, que ficavam às margens do fomento via lei de incentivo.

Nos governos Wagner (2007 – 2014) e Rui Costa (2015 –), a Secretaria foi desmembrada da Secretaria de Turismo e comandada por gestores que reconfiguraram a política cultural na Bahia: Márcio Meirelles, Albino Rubim, Jorge Portugal e, atualmente, Arany Santana¹⁸. O Governo passou a adotar a política de territorialização como uma de suas diretrizes prioritárias de gestão. Novas configurações espaciais foram adotadas e passaram a nortear as políticas públicas estaduais, antes determinadas a partir de uma perspectiva geográfica e econômica, com pouca ou nenhuma interface com as dimensões simbólica e cidadã da cultura.

Ressignificar o conceito de território, a partir de uma perspectiva social e política, proporcionou um reconhecimento identitário, ao tempo que estimulou sua institucionalização do mesmo. Os atores/grupos passaram a se organizar, tomados

¹⁸ A SecultBA teve como secretários o diretor teatral, cenógrafo e figurinista Márcio Meirelles (2007 – 2010) e o pós-doutor em Políticas Culturais pela Universidade de Buenos Aires e Universidade San Martin e professor titular da Universidade Federal da Bahia, Albino Rubim (2011 – 2014), o educador, poeta e compositor Jorge Portugal (2015 – 2017). Desde outubro de 2017, a pasta está sob a direção da atriz e educadora, Arany Santana.

de um sentimento de pertencimento e afirmação de espaços de construções diversas. Tratou-se, aqui, não só de um protagonismo social e cultural, mas do desenvolvimento de políticas de acesso, da descentralização do recurso e consequente fomento cultural mais representativo.

A SecultBA foi um dos primeiros órgãos públicos a adotar a lógica da regionalização inaugurada pela Secretaria de Planejamento do Estado. A política de territorialização passou a ser uma diretriz da pasta, norteando seu programa de governo. Tinha-se como meta alcançar a amplitude geográfica da Bahia, de modo que todos os 417 municípios pudessem ser contemplados com as ações propostas, com as regiões econômicas passando a ser chamadas de territórios de identidade, promovendo a comunicação e articulação entre eles, na expectativa de um planejamento mais estratégico e eficaz.

Cabe aqui ressaltar a atuação dos representantes territoriais de cultura. Agentes culturais, a serviço da Secretaria, que ficavam responsáveis pela articulação cultural no Território, com foco na relação entre os atores / segmentos culturais, na difusão das políticas do Estado e na interlocução com o poder público, sendo um dos principais instrumentos de fortalecimento da gestão participativa. Esses agentes culturais foram determinantes no cumprimento das políticas culturais na dimensão territorial da cultura.

Importante destacar, também, a aprovação da Lei Orgânica de Cultura, em 2011, por unanimidade na Assembleia Legislativa. A lei instituiu o Sistema Estadual de Cultura, o Plano Estadual de Cultura e democratizou o Conselho Estadual de Cultura. Além disso, destacam-se alguns marcos importantes para a consolidação de uma política participativa e democrática, como a realização das conferências de cultura, a criação do Centro de Culturas Populares e Identitárias e do Centro de Formação em Artes, a diversificação de modalidades de financiamento, o estímulo à economia da cultura com o crescimento de mercados alternativos no campo cultural, dentre outras ações que consolidaram a cultura como direito.

O CEC é um Órgão colegiado da Secretaria de Cultura, com 60 membros, destes, dois terços composto por representantes da sociedade civil e um terço pelo poder público, sendo 30 titulares e 30 suplentes, com o objetivo de exercer funções consultivas, normativas, deliberativas e fiscalizadoras da política cultural do Estado. Até 2013 os Conselheiros eram indicados pelo poder público, sendo que a partir das

orientações da Lei Orgânica os mesmos passaram a ser indicados via consulta pública, levando em consideração não apenas a sua atuação no campo, mas o setor em que atua e o território de identidade que representa.

3. SISTEMAS NACIONAL E ESTADUAL DE CULTURA

Para compreensão do tema aqui tratado é essencial a compreensão dos Sistemas de Cultura. A trajetória de implementação das políticas públicas de cultura é marcada por intensos espaços de disputa entre os agentes sociais. De um lado os que insistem em uma hegemonia excludente e de outro os que lutam pela garantia dos direitos. A diversidade cultural e a participação social são temas centrais nessas discussões, promovendo assim o desenvolvimento cultural e colaborando com a consolidação dos Sistemas de Cultura em todas as suas instâncias.

Alguns dos principais desafios assumidos pelos órgãos responsáveis pela implantação dos Sistemas Nacional e Estadual de Cultura estão no fortalecimento, ampliação e institucionalização dos processos para a operação de políticas públicas e instrumentos de gestão da cultura capazes de transcender os governos. Nesse sentido, os Sistemas estão sintonizados, tecendo uma rede de articulação permanente com os Sistemas Municipais, entidades e movimentos artístico-culturais da sociedade civil, visando à troca e compartilhamento de informações e a participação de atores sociais na formulação, execução, acompanhamento e avaliação das políticas públicas culturais.

3.1. O SISTEMA NACIONAL DE CULTURA

A ideia de criar o Sistema Nacional de Cultura (SNC) já estava no programa de governo da coalizão que venceu as eleições para a presidência da República em 2002. Naquela época a preocupação, que em parte ainda permanece, era dar maior centralidade e institucionalidade à política cultural e retirá-la da situação em que se encontrava: estrutura administrativa precária, orçamentos insuficientes, baixa capilaridade no tecido político e social do país e pequena participação nas principais decisões de governo (BRASIL, 2010). A inspiração para o SNC veio dos resultados

alcançados por outros sistemas de articulação de políticas públicas instituídos no Brasil, particularmente o Sistema Único de Saúde (SUS) (FÉLIX, 2010).

Com o objetivo de formular e implantar políticas públicas, de forma democrática e permanente, pactuadas entre os entes federados e a sociedade civil e, tendo como referência as três dimensões da cultura (simbólica, cidadã e econômica), foram estabelecidos os seguintes princípios do Sistema Nacional de Cultura:

- I - Diversidade das expressões culturais;
- II - Universalização do acesso aos bens e serviços culturais;
- III - Fomento à produção, difusão e circulação de conhecimento e bens culturais;
- IV - Cooperação entre os entes federados, os agentes públicos e privados atuantes na área cultural;
- V - Integração e interação na execução das políticas, programas, projetos e ações desenvolvidas;
- VI - Complementaridade nos papéis dos agentes culturais;
- VII - Transversalidade das políticas culturais;
- VIII - Autonomia dos entes federados e das instituições da sociedade civil;
- IX - Transparência e compartilhamento das informações;
- X - Democratização dos processos decisórios com participação e controle social;
- XI – Descentralização articulada e pactuada da gestão, dos recursos e das ações;
- XII – Ampliação progressiva dos recursos contidos nos orçamentos públicos para a cultura (BRASIL, 2010).

O Sistema é organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, considerando, em suas diretrizes prioritárias, o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais.

Em dezembro de 2002, para viabilizar que os objetivos fossem atendidos, foi lançado o Guia de Orientação para os Municípios, instrumento norteador para a implantação dos Sistemas Municipais de Cultura. Ele descreve não só as instruções para sua implantação, mas também define seus componentes, a saber: Órgão Gestor de Cultura, Conselho de Cultura, Conferência de Cultura, Comissões Intergestores, Plano de Cultura, Sistema de Financiamento à Cultura, Sistema de

Informações e Indicadores Culturais, Programa de Formação na Área da Cultura, Sistemas Setoriais de Cultura¹⁹.

Vale ressaltar, que apesar da ampla mobilização e investimento em seminários por parte do extinto Ministério da Cultura, o Sistema Nacional de Cultura ainda não está totalmente implementado. Mesmo os 25 estados e mais o Distrito Federal tendo aderido ao SNC, até o momento, 2.664 dos 5.570 municípios brasileiros (47,82%).²⁰

3.2. SISTEMA ESTADUAL DE CULTURA

Um dos principais desafios estratégicos assumidos pela Secretaria de Cultura do Estado da Bahia foi o fortalecimento, ampliação e a institucionalização do Sistema Estadual de Cultura para a operação de políticas públicas e instrumentos de gestão da cultura capazes de transcender os governos. Nesse sentido, o Sistema Estadual de Cultura está sintonizado com o Sistema Nacional de Cultura, tecendo uma rede de articulação permanente com os Sistemas Municipais, entidades e movimentos artístico-culturais da sociedade civil, visando à troca e compartilhamento de informações e a participação de atores sociais na formulação, execução, acompanhamento e avaliação das políticas públicas culturais (BAHIA, 2009).

O Sistema Estadual de Cultura da Bahia é composto, articuladamente e de forma integrada, por normas, instituições, mecanismos e instrumentos de planejamento, fomento, financiamento, informação, formação, participação e controle social. Tem como objetivo garantir uma gestão planejada e permanente da política estadual de cultura, em conformidade com a Lei Orgânica de Cultura.

A Lei Orgânica da Cultura da Bahia (Lei nº 12.365) foi aprovada por unanimidade em 22 de novembro de 2011, sendo sancionada em 30 de novembro do mesmo ano. Dispõe sobre a Política Estadual de Cultura e institui o Sistema Estadual de Cultura, com referências normativas e instrumentos que garantem a organização e o planejamento a longo prazo, consolidando assim a construção de

¹⁹ Por se tratar de conceitos trazidos *in verbis*, as definições trazidas pelo Guia de Orientação para os Municípios estão disponibilizadas no anexo I.

²⁰ Disponível em < <http://portalsnc.cultura.gov.br/wp-content/uploads/sites/32/2019/10/2019.10-Planilha-geral-atualizada-Plan1.pdf>>, acesso em 02 de novembro de 2019.

políticas públicas de Estado, independentemente de governos e gestores. O projeto foi elaborado pela Secretaria de Cultura do Estado após ampla discussão com a sociedade e a comunidade cultural, tanto nas Conferências quanto via consulta pública.

O Sistema Estadual de Cultura da Bahia é o conjunto articulado e integrado de normas, instituições, mecanismos e instrumentos de planejamento, fomento, financiamento, informação, formação, participação e controle social, que tem como finalidade a garantia da gestão democrática e permanente da Política Estadual de Cultura nos termos desta Lei (BAHIA, 2011).

Seguindo os direcionamentos do Sistema Nacional de Cultura e, ainda, tecendo uma rede de articulação permanente com os Sistemas Municipais de Cultura, o Sistema Estadual é composto por instrumentos de gestão que garantem, de forma participativa e organizada a sua implementação, acompanhados por instâncias de consulta e participação social.

Os componentes do Sistema Estadual de Cultura se dividem em: I - organismos de gestão cultural: a) o Conselho Estadual de Cultura; a Secretaria de Cultura, seus órgãos e entidades; c) sistemas setoriais de cultura do Estado; d) sistemas municipais de cultura ou órgãos municipais de cultura; e) instituições de cooperação intermunicipal; f) instituições de cooperação interestadual, nacional e internacional; II - mecanismos de gestão cultural: a) Plano Estadual de Cultura, planos de desenvolvimento territorial e setoriais de cultura; b) Sistema de Fomento e Financiamento à Cultura; c) Sistema de Informações e Indicadores Culturais; d) Sistema de Formação Cultural; e III - instâncias de consulta, participação e controle social: a) Conferência Estadual de Cultura; b) colegiados setoriais, temáticos ou territoriais de cultura; c) Fórum de Dirigentes Municipais de Cultura; d) Ouvidoria do Sistema Estadual de Cultura; e) outras formas organizativas, inclusive fóruns e coletivos específicos da área cultural de iniciativa da sociedade²¹.

²¹ Por se tratar de conceitos trazidos *in verbis*, as definições trazidas pela Lei Orgânica da Cultura estão disponibilizadas no anexo II.

4. V CONFERÊNCIA ESTADUAL DE CULTURA

4.1. DAS CONFERÊNCIAS ANTERIORES

De acordo com a Lei Orgânica da Cultura, as conferências devem acontecer, preferencialmente, de acordo com o calendário das Conferências Nacionais de Cultura. A primeira Conferência Estadual de Cultura foi realizada no ano de 2005, em Salvador - BA, contando com a participação de 248 pessoas, sendo 168 representantes da sociedade civil e 80 dos poderes públicos, do governo estadual e de 54 municípios²². Foi convocada, via Decreto publicado²³, pelo Governo do Estado da Bahia, que tinha em vista o compromisso pactuado com o MINC através do Protocolo de Intenções do Sistema Nacional de Cultura, firmado pelo governo estadual e por 22 municípios baianos.

A orientação metodológica do Ministério da Cultura previa a realização de conferências municipais ou intermunicipais e da etapa estadual para a discussão de propostas a partir do tema “Estado e sociedade construindo as políticas públicas de cultura”. Contava também com cinco eixos estruturantes: Gestão Pública da Cultura, Economia da Cultura, Patrimônio Cultural, Cultura é Direito e Cidadania e Cultura e Comunicação²⁴.

A partir de 2007, na gestão do governo Wagner, buscou-se descentralizar a realização das conferências, e estas passaram a ser realizadas no interior do estado, como parte da implementação da política de territorialização. Com esse direcionamento, a segunda Conferência Estadual aconteceu em Feira de Santana - BA, neste mesmo ano, com a temática geral “Cultura é o quê?”²⁵, e eixos temáticos subdivididos em: Patrimônio Material; Patrimônio Imaterial; Pensamento e Memória; Culturas Digitais; Audiovisual e Radiodifusão; Expressões Artísticas; e Políticas e Gestão Cultural. De acordo com os dados apresentados pela SECULT²⁶, as

²² Informações obtidas em CANEDO, 2008.

²³ Decreto nº 9.626, de 04 de novembro de 2005.

²⁴ Nesse sentido, CANEDO (2008)

²⁵ Convocada pelo Decreto nº 11.695 de 03 de setembro de 2009.

²⁶ Disponível em <<https://conferenciadecultura.wordpress.com/conferencias-antiores/#perg02>>, acesso em 02 de novembro de 2019.

Conferências Territoriais ocorreram em 26 Territórios de Identidade (até aquele momento subdivido desta forma) com a participação de 354 municípios, o que representa 84% do total, com a presença de 3.833 pessoas que estiveram nos grupos de trabalho, além de artistas envolvidos nas celebrações culturais.

Em 2009, através do Decreto nº 11.695 de 03 de setembro, o Governador convocou a III Conferência Estadual de Cultura da Bahia e através da Portaria nº 140 de 09 de setembro foi aprovado o regulamento da III CEC tendo como tema geral “Cultura, Diversidade, Cidadania e Desenvolvimento”, em consonância com a temática nacional, uma vez que neste ano foi realizada a II Conferência Nacional de Cultura, tal portaria previu a realização de três etapas: municipal, territorial e estadual. A etapa estadual foi realizada em Ilhéus e, de acordo com relatório da SECULT, foram realizadas conferências nos 26 Territórios de Identidade, reunindo 4.794 pessoas de 340 municípios – 81,5% do total de municípios baianos.

“Planejar é preciso” foi o tema da IV Conferência Estadual de Cultura²⁷, realizada em 2011, também pelo governo do estado da Bahia. Buscou, através de consulta pública, construir projetos prioritários para subsidiar o Plano Estadual de Cultura. Muito embora existisse o plano plurianual do governo, naquele momento político entendeu-se que era importante perceber a necessidade do desenvolvimento de ferramentas que sedimentem as políticas culturais no Estado, como o Plano Estadual de Cultura. A IV Conferência teve como sede Vitória da Conquista, com a participação de 153 municípios, o que representa apenas 36,6% dos municípios baianos e demonstra uma queda de aproximadamente 50% em relação ao número de participantes, em relação às edições anteriores.

4.2 DA V CONFERÊNCIA ESTADUAL DE CULTURA

A quinta e última, até então, foi realizada em outubro de 2013, no município de Camaçari, que será discorrida a seguir.

As Conferências de Cultura são divididas em etapas municipais, territoriais e setoriais. A Lei Orgânica da Cultura que se ocupa em estabelecer os responsáveis

²⁷ Convocada pelo Decreto nº 13.025 de 11 de julho de 2011.

pelas Conferências nos níveis municipal e estadual, conforme previsto no seu Art. 25:

A Conferência Estadual de Cultura, instância de estímulo, indução e mobilização dos governos municipais e da sociedade civil, convocada por Decreto, pelo Governador do Estado, tem por objetivos: I - o debate público sobre cultura e temas relacionados; II - a elaboração de proposições para formulação e aperfeiçoamento da Política Estadual de Cultura; III - a eleição de delegados oficiais do Estado da Bahia para a Conferência Nacional de Cultura, na forma de seu regulamento (BAHIA, 2011).

Desde 2005, as Conferências foram realizadas a cada dois anos, convocada pela Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (SecultBA). A V Conferência Estadual de Cultura da Bahia foi organizada pela Superintendência de Desenvolvimento Territorial de Cultura, junto com comissão formada especificamente para sua realização. Esta Comissão Organizadora foi constituída por representantes dos seguintes órgãos da SecultBA: Superintendência de Promoção Cultural (Suprocult), Centro de Culturas Populares e Identitárias (CCPI), Fundação Cultural do Estado da Bahia (Funceb), Fundação Pedro Calmon (FPC), Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (IPAC), Assessoria de Comunicação e Assessoria de Culturas Digitais e Juventude, sob a coordenação da Sudecult.

Realizada em quatro etapas, entre os meses de junho e outubro, se destacou pela participação e representatividade nas diversas instâncias. Foram 358 (trezentas e cinquenta e oito) Conferências Municipais de Cultura, 27 (vinte e sete) Conferências Territoriais de Cultura, 19 (dezenove) Conferências Setoriais de Cultura, culminando com a Conferência Estadual de Cultura. Tinha os seguintes objetivos:

1. Promover o reconhecimento da diversidade cultural baiana e o intercâmbio de grupos e agentes culturais dos Territórios de Identidade do Estado da Bahia;
2. Discutir a cultura baiana no âmbito da produção simbólica, cidadania cultural e economia da cultura;
3. Fortalecer e qualificar os espaços de diálogo entre o poder público, a comunidade cultural e a sociedade civil em suas diferentes esferas;
4. Avaliar as políticas públicas de cultura, dando ênfase à atuação da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia e suas vinculadas;

5. Consolidar o Sistema Estadual de Cultura da Bahia, discutindo os papéis e responsabilidades dos entes federativos e da sociedade civil;
6. Fomentar a elaboração dos Sistemas Municipais de Cultura;
7. Propor estratégias para o desenvolvimento territorial da cultura;
8. Estimular a criação dos colegiados setoriais e territoriais como instâncias de participação da sociedade civil na política de cultura do Estado da Bahia.
9. Divulgar o Plano Estadual de Cultura da Bahia;
10. Estimular a criação de planos territoriais, setoriais e municipais de cultura. (BAHIA, 2013)

4.3. ETAPA MUNICIPAL

A realização das conferências municipais tiveram atuação determinante dos representantes territoriais de cultura, servidores contratados em regime temporário (REDA), que atuavam distribuídos nos 27 (vinte e sete) Territórios de Identidade da Bahia. Naquele momento 24 (vinte e quatro) profissionais atuavam nos territórios sob a orientação de 03 (três) coordenadores regionais, todos coordenados pela Diretoria de Territorialização da Cultura, lotada na Superintendência de Desenvolvimento Territorial da Cultura (Sudecult).

A Secretaria Estadual de Cultura não era responsável pela realização das conferências municipais, mas as convocava e cuidava da de toda a orientação, assessoria e apoio aos municípios baianos que desejassem realizá-las. Um grande desafio foi o cenário político dos 417 (quatrocentos) municípios baianos naquele momento, cujos dirigentes de cultura foram 70% substituídos pós processo eleitoral em 2012, somado a isso que esses representantes estavam recém-empossados, portanto ainda em fase de aprimoramento do trabalho e, compreendendo não só as diretrizes da Secretaria, mas também se adaptando a gestão pública, seus trâmites e burocracias. Ressalta-se ainda o papel da Secretaria enquanto indutora dos processos de participação, apoiando, ainda que não na execução, mas no alinhamento de execução, além da interferência de uma política de descontinuidade, causada pelas mudanças partidárias e os vícios inerentes a elas, que fragilizam de maneira determinante na condução das políticas públicas de Estado.

Mesmo não sendo responsável pela condução das conferências, a SecultBA desenvolveu um material de apoio, que contava com a metodologia alinhada, em termos gerais de condução, visto que não seguimos a proposta da III Conferência Nacional de Cultura, decisão tomada pelo corpo dirigente através de muitas discussões e impasses com a gestão federal. Além do acompanhamento dos representantes territoriais, foram disponibilizados (impressos e digitalmente) painéis temáticos (em tamanho de 1,20cm x 0,80cm) que ilustravam, de forma bem didática, os componentes dos Sistemas Municipal, Estadual e Nacional de Cultura, formulários para condução e registro das deliberações, além de uma cartilha, elaborada pela Comissão Organizadora, com o título “Como Realizar a Conferência Municipal de Cultura”, que descrevia um guia de como realizar a Conferência, desde a constituição da Comissão Organizadora até o envio das informações para validação da Conferência junto ao Ministério da Cultura, responsável pela Conferência Nacional.

A metodologia proposta tinha o objetivo de fortalecer a gestão municipal de cultura, bem como consolidar a implementação do Sistema. Dentre seus principais resultados pode-se listar: o diagnóstico do Sistema Municipal de Cultura, a definição de um Plano de Ações Estratégicas para a Cultura no Município e, a constituição de um Grupo de Trabalho para Execução e Acompanhamento do Plano de Ações Estratégicas para a Cultura no Município.

A V Conferência Estadual de Cultura trouxe uma inovação, no que tange à etapa municipal, que foi a garantia 01 (um) delegado da sociedade civil eleito direto para a Conferência Estadual, desde que este participasse da Conferência Territorial, com as despesas custeadas pela SecultBA, o que concedeu uma maior representatividade dos municípios. Dos 358 (trezentos e cinquenta e oito) delegados eleitos, 282 (duzentos e oitenta e dois) tiveram sua atuação assegurada na etapa estadual.²⁸

Todas as Conferências Municipais aconteceram no período de junho e julho de 2013, um prazo razoavelmente curto, no entanto o alto índice de participação revelou o engajamento da classe artística e cultural no processo de

²⁸ Informações obtidas através do documento Relatório das Conferências Municipais e Territoriais, disponível em < <http://culturabahia.com/relatorios-territoriais-e-municipais/>>, acesso em 12 de outubro de 2019.

institucionalização da cultura, além do empenho da equipe da Secretaria de Cultura, desde a mobilização até o acompanhamento das conferências. Sendo, portanto, um marco no processo de implementação dos Sistemas Estadual e Municipais de Cultura.

4.4. ETAPA TERRITORIAL

As Conferências Territoriais foram realizadas nos 27 (vinte e sete) Territórios de Identidade do Estado, por 03 (três) caravanas, compostas por servidores da Secretarias e suas unidades vinculadas, de percorreram todo o estado da Bahia em 30 (trinta) dias, de forma simultânea. Cerca de 3,3 mil pessoas de 312 (trezentos e doze) municípios reuniram-se durante a programação proposta²⁹. Os municípios sede foram escolhidos levando em consideração a suas atuações culturais e acessibilidade geográfica dentro de cada Território, a partir de um olhar estratégico da Comissão Organizadora, dado o pouco tempo para a realização das Conferências e limitações orçamentárias.³⁰

A equipe, formada por servidores da Secretaria, passou por um processo formativo, realizado por dirigentes e profissionais, do próprio quadro de funcionários, qualificados para tratar de cada assunto. Foram realizados quatro módulos prioritários, desde a Lei Orgânica, Plano Estadual de Cultura, até a metodologia que seria adotada, tendo um caráter continuado e de grande valia para o quadro de funcionários.

Nesta etapa também foi elaborada uma metodologia específica, tendo como principais objetivos a promoção da articulação entre os municípios do Território, a prestação de contas das ações e projetos realizados pela Secretaria naquele Território a partir de demandas de conferências anteriores, a apresentação do planejamento de atuação da SecultBA no Território até 2014 e,

²⁹ Informações obtidas através do documento Relatório das Conferências Municipais e Territoriais, disponível em < <http://culturabahia.com/relatorios-territoriais-e-municipais/>>, acesso em 14 de outubro de 2019.

³⁰ Nesse contexto, cabe acrescentar que próximo ao início da etapa territorial, foi publicado medida de contingenciamento, ocasionando no corte de quase metade dos recursos previstos, o que demandou a redução de mais da metade da equipe que viajaria nas Caravanas e, também, na alteração do formato da Conferência, que inicialmente tinha sido pensada com o conceito de Circonferência (realizada numa lona itinerante, com a participação de grupos artísticos e culturais dos territórios). Essa informação não está publicada visto ser uma informação interna, apresentada aqui por ter participado do processo.

a elaboração de novas propostas para a realização em conjunto entre os poderes públicos municipal e estadual, os agentes e organismos de atuação territorial e a sociedade civil.

Um grande diferencial dessa metodologia foi elaboração de livretos³¹, um para cada Território de Identidade, com um panorama de devolutivas às demandas das conferências anteriores, bem como a criação de um painel ilustrativo com ações e investimentos nestes territórios. Esse material foi elaborado pela Sudecult, através do mapeamento concedido pela centralizada e unidades vinculadas, o que estimulou internamente a sistematização das informações e histórico de atuação da Secretaria. Importante relatar aqui a dificuldade encontrada para mapear essas informações, não só pelo acesso frágil a elas, pela ausência de um sistema único de banco de dados, mas também pela rotatividade de profissionais na Secretaria, em grande parte por conta do formato de contratação, por meio de cargo comissionado, sem estabilidade e garantias, prejudicando assim uma memória importante neste cenário.

Em todas as Conferências Territoriais pelo menos 02 (dois) dirigentes estiveram presentes, atuando diretamente na condução das discussões e no diálogo com os participantes. Essa participação foi importante não só na condução e representatividade, mas também no acompanhamento e consequente deliberação da metodologia, que pôde ser testada e ajustada no decorrer do processo.

Nas 27 (vinte e sete) Conferências Territoriais foram eleitos até 05 (cinco) delegados para a Conferência Estadual de Cultura e, até 10 (dez) delegados para as Conferências Setoriais de Cultura, seguindo o limite determinado pelo Regimento da Conferência Nacional. Os delegados eleitos nessa etapa também tiveram suas despesas garantidas pela SecultBA, reforçando, assim como os municípios, a representatividade dos Territórios.

4.5. ETAPA SETORIAL

³¹ Disponível em < <https://conferenciadecultura.wordpress.com/conferencia-arquivos/>>, acesso em 03 de novembro de 2019.

O Regulamento da V Conferência Estadual de Cultura da Bahia previa a realização de 26 (vinte e seis) Conferências Setoriais, conforme setores estabelecidos na Lei Orgânica de Cultura. No entanto, 19 (dezenove) Conferências aconteceram de fato, devido ao quórum mínimo exigido no regulamento, a saber: Arquitetura e Urbanismo; Arquivos, Memória e História; Artes Visuais; Audiovisual; Bibliotecas; Circo; Culturas Afro-Brasileiras; Culturas Ciganas; Culturas Indígenas; Culturas Populares; Dança; Espaços Culturais; Literatura; Livro e Leitura; Mulheres e Cultura; Museus; Música; Patrimônio Cultural; e Teatro. Mesmo não tendo sido realizada as 26 conferências setoriais, o resultado reflete uma mobilização representativa dos setores, em comparação com as conferências anteriores, fruto do processo de institucionalização da cultura e maior protagonismo da classe artística e cultural.

A maioria das Conferências foram realizadas de forma simultânea em Salvador, na Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, momento no qual foi dado posse também ao recém-formado Colegiado Setorial de Culturas Digitais. As Conferências Setoriais de Patrimônio e Arquitetura e Urbanismo também aconteceram em Salvador, no Conselho Estadual de Cultura e, a Conferência de Cultura Cigana foi realizada município de Camaçari, local de grande representatividade deste grupo identitário.

Foram aplicadas 03 (três) metodologias distintas, levando em consideração o nível de articulação e organização dos setores. Sete setores com Colegiados Setoriais constituídos desenvolveram metodologia para a elaboração dos planos setoriais de cultura, foram eles: Música, Teatro, Dança, Literatura, Artes Visuais, Audiovisual e Circo. Os setores em fase de constituição dos Colegiados Setoriais trabalharam em torno do processo eleitoral e da composição da Comissão Organizadora da Eleição do Colegiado, foram eles: Livro e Leitura, Bibliotecas, Culturas Populares, Culturas Indígenas, Culturas Afro Brasileiras, Arquivo e Museus. Por fim, os setores ainda em articulação realizaram a discussão da política para o setor e a elaboração de propostas para a política cultural, a saber: Mulheres e Cultura e Espaços Culturais. De cada uma, com quórum mínimo estabelecido pelo Regulamento, foram eleitos 05 (cinco) delegados para a Conferência Estadual, também com despesas custeadas pela SecultBA.

Atualmente a Secretaria tem 17 (dezesete) Colegiados Setoriais de Cultura instituídos, a saber: Fundação Cultural do Estado da Bahia (Funceb): Colegiados Setoriais das Artes - Artes visuais, audiovisual, circo, dança, literatura, música, teatro; Fundação Pedro Calmon: Arquivo e memória, bibliotecas, livro e leitura; Centro de Culturas Populares e Identitárias (CCPI): Culturas populares, cultura afro-brasileira, culturas indígenas; Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC): Museus, patrimônio cultural; Superintendência de Promoção Cultural – SUPROCULT: Design e moda.³²

4.6. ETAPA ESTADUAL

A V Conferência Estadual de Cultura da Bahia foi realizada no município de Camaçari, no Espaço Cultural Cidade do Saber³³, nos dias 12 e 13 de outubro. Contou com a participação dos delegados eleitos nas etapas anteriores, bem como ouvintes atuantes no campo da arte e cultura. Com um total de 801 (oitocentas e uma) pessoas devidamente credenciadas, teve a representação de 230 (duzentos e trinta municípios) do Estado³⁴.

Devido cortes orçamentários, em contingenciamento divulgado às vésperas do início das Conferências Territoriais, a sua programação de 04 (quatro) dias reduzida para 02 (dois) dias. Essa alteração não comprometeu os objetivos alcançados, no entanto impactou nas questões logísticas, o que gerou grande desconforto aos participantes.

Uma importante ação e parte da metodologia aplicada, foi a disponibilização de material didático desenvolvido pela SecultBA, através da Superintendência de Desenvolvimento Territorial da Cultura e da Assessoria de Formação em Cultura: a coleção Política e Gestão Culturais. Trata-se de um conjunto de 10 (dez) publicações³⁵ com conteúdo específicos e essenciais na

³² Disponível em < <http://www.cultura.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=90>>, acesso em 11 de novembro de 2019.

³³ A Cidade do Saber é um centro de integração social administrado pela Prefeitura Municipal de Camaçari, através da Secretaria de Cultura, da Secretaria de Esporte Lazer e Juventude e da Secretaria de Educação.

³⁴ Disponível em < <https://conferenciadecultura.wordpress.com/>>, acesso em 12 de outubro de 2019.

³⁵ Disponível em < <http://www.cultura.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=118>>, acesso em 03 de novembro de 2019.

compreensão das políticas culturais, dispostos em uma maleta compacta e funcional. Os temas são fundamentais para a organização do campo da cultura, a saber: Política Cultural; Legislações Culturais; Sistemas de Cultura; Planos de Cultura; Conselhos de Cultura; Fomento à Cultura; Participação, Consulta e Controle Social; Gestão Cultural; Redes e Consórcios; e Território e Identidade.

A programação teve início com uma mesa de abertura com autoridades, seguida de uma mesa redonda sobre Sistemas de Cultura conduzida por especialistas convidados. No período da tarde aconteceram rodas de conversas simultâneas contando com a presença de palestrantes (pesquisadores, estudiosos que participaram voluntariamente) responsáveis por conduzir e qualificar as discussões em torno dos temas propostos, mediados por dirigentes e, acompanhados pela equipe da SecultBA. Os temas dialogavam com as diretrizes da Secretaria, bem como com as áreas de atuação da mesma, a saber: Cidadania e Direitos Culturais, Cultura e Desenvolvimento, Cultura e Comunicação, Planos de Cultura, Formação em Cultura, Redes e espaços culturais, Memória Cultural, Território e identidade, Cultura e tecnologias contemporâneas e Organização do campo da cultura.

Como produto das rodas de conversas, foram elaboradas duas propostas da V Conferência Estadual e uma para a III Conferência Nacional, que ocorreu naquele mesmo ano, no mês de dezembro, em Brasília. Foram eleitos 50 (cinquenta) delegados, na plenária final, junto com a apresentação e validação das propostas. A comitiva de delegados eleitos na Bahia representavam os 27 (vinte e sete) Territórios de Identidade, comunidades quilombolas, povos indígenas, pessoas com deficiência, a Associação dos Dirigentes Municipais de Cultura da Bahia (Adimcba) e, a Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (SecultBA).

No período da tarde, numa iniciativa inédita na Bahia, foi feita a eleição do Conselho Estadual de Cultura, formado por 10 (dez) membros titulares e 10 (dez) membros suplentes representando os Territórios de Identidade. O processo foi feito democraticamente, de forma informatizada, com sistema desenvolvido especialmente para essa ação.

Importante citar, ainda, outro diferencial desta Conferência, que foi a sistematização e disponibilização das informações em plataforma digital, de fácil acesso ao público. Dados quantitativos e qualitativos, além do histórico de todas

as etapas podem ser encontradas em:
<https://conferenciadecultura.wordpress.com>.

5. CONCLUSÃO

Mesmo em meio a muitos avanços no campo da cultura nos últimos anos, assegurar a continuidade das políticas públicas de cultura como políticas de Estado, com um controle e participação social efetivos e, viabilizar estruturas organizacionais e recursos financeiros compatíveis com a importância da cultura para o desenvolvimento do país, ainda são grandes desafios. Tem-se ainda como dificuldade a disputa da concepção de gestão com a cultura política tradicional, repleta de vícios administrativos de descontinuidades, além das tensões partidárias intra e inter governos, somadas a resistência política à institucionalização da participação social, apesar de assegurada na Constituição Federal.

Existe um grande desafio em mudar a “cultura da cultura”. Há a necessidade não só de disseminar ideias, mas de reavaliar a todo instante, conceitos, métodos e diretrizes, levando em consideração todo o processo de transformação social e econômica. Nessa perspectiva, ainda, é essencial que se crie uma base institucional sólida, que seja capaz de consolidar a política cultural enquanto política de Estado e não só de governo.

Num primeiro momento o diálogo e a participação social são essenciais. É inegável a importância de canais, instâncias e mecanismos de consulta, escuta e articulação na qualificação das políticas públicas, proporcionando um refinamento na construção de objetivos e estratégias adequados. Mas é preciso compreender ainda que esses movimentos demandam propósitos e métodos eficazes, no esforço de significar os processos participativos, não perdendo seu sentido de desenvolvimento, nem descolando dos princípios de gestão.

É prioritário que se foque na organização de uma base institucional adequada, que se estruture a partir de organismos culturais fortalecidos e, por uma rede de relações que abarquem tanto o poder público, entes federados do governo em todas as suas instâncias, quanto uma sociedade civil representativa.

Compreender a importância do planejamento para a gestão pública da cultura, bem como a existência de instrumentos que a fortaleçam e sedimentem o campo são essenciais. Reconhecer e consolidar espaços de diálogos entre o poder público e a sociedade civil como marcos históricos na construção dessas políticas. A V Conferência Estadual de Cultura alcançou objetivos importantes neste contexto. Ampliou a participação social na construção dessas políticas e norteou a atuação tanto do poder público, quanto da sociedade civil nos anos seguintes, principalmente na implementação do Sistema Estadual de Cultura.

Notou-se ainda um amadurecimento no discurso da sociedade civil e dos poderes públicos municipais acerca da construção e execução das políticas culturais de modo participativo e compartilhado. Tanto a metodologia adotada, quanto o histórico de participação em conferências anteriores, conduziram o público presente a uma melhor compreensão da dinâmica atual de organização do campo cultural, das dificuldades e restrições impostas aos poderes públicos estadual e federal e da necessidade de implementação e fortalecimento do Sistema Nacional de Cultura.

A V Conferência ao mesmo tempo que estimulou os processos participativos e desenvolvimento dos instrumentos de gestão já implementados, se colocou numa lacuna de atuação no campo, tendo visto que não foi realizada mais nenhuma Conferência, ficando difícil, portanto, mensurar o seu alcance e resultados reais. São já duas gestões, a última ainda em andamento, onde não se oferece nenhuma perspectiva de realização da VI Conferência, muitos menos o estímulo ao diálogo a respeito desse componente do Sistema Estadual de Cultura, que se apresenta como um dos pilares principais para a consolidação do mesmo.

ANEXO I:

Descrição dos componentes no Guia de Orientação para os Municípios:

Órgão Gestor de Cultura - Instituição pública responsável por coordenar o Sistema de Cultura e garantir a sua implementação, atuando na execução das políticas no setor. Essas instâncias são estabelecidas a nível nacional, estadual e municipal. Atualmente tem-se a Secretaria Especial de Cultura, integrante do Ministério da Cidadania como órgão federal e a Secretaria de Cultura do Estado da Bahia.

Conselho de Cultura - Instância colegiada permanente, de caráter consultivo e deliberativo, integrante da estrutura político-administrativa do Poder Executivo, constituído por membros do poder público e da sociedade civil. Sua composição é normalmente paritária e deve ser eleita democraticamente por grupamentos da sociedade civil e do poder público, buscando alcançar representatividade territorial e setorializada.

Conferência de Cultura – Encontro realizado periodicamente, entre o poder público e a sociedade civil, convocada pelo Poder Executivo, em suas instâncias federadas, que tem como principais objetivos e avaliação das políticas culturais e a proposição de diretrizes para o Plano de Cultura.

Comissões Intergestores - Instâncias de negociação e operacionalização do Sistema Nacional de Cultura. São de dois tipos: Comissão Intergestores Tripartite, organizada no âmbito nacional, tem a participação de representantes de gestores públicos dos três entes da Federação (União, estados e municípios); e Comissões Intergestores Bipartite, organizadas no âmbito estadual, têm a participação de representantes dos gestores públicos dos Estados e Municípios. As principais funções dessas comissões são promover a articulação entre os entes da Federação, estabelecer, em cada programa, projeto ou ação comum, as atribuições, competências e responsabilidades de cada ente e pactuar a respeito de questões operacionais referentes à implantação dos programas.

Plano de Cultura - Instrumento de gestão de médio e longo prazo, no qual o poder público assume a responsabilidade de implantar políticas culturais que ultrapassem os limites de uma única gestão de governo. O Plano estabelece estratégias e metas, define prazos e recursos necessários à sua implementação. É

elaborado pelo órgão gestor com a colaboração do Conselho de Política Cultural, a quem cabe aprová-lo. Os planos nacional, estaduais e municipais devem ter correspondência entre si e serem encaminhados pelo Executivo para aprovação dos respectivos poderes legislativos (Congresso Nacional, Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores), a fim de que, transformados em leis, adquiram a estabilidade de políticas de Estado.

Sistema de Financiamento à Cultura - Conjunto dos instrumentos de financiamento público da cultura, tanto para as atividades desenvolvidas pelo Estado, como para apoio e incentivo a programas, projetos e ações culturais realizadas pela sociedade. Podem ser Orçamento Público, Fundo, Incentivo Fiscal e Investimento.

Sistema de Informações e Indicadores Culturais - Conjunto de instrumentos de coleta, organização, análise e armazenamento de dados – cadastros, diagnósticos, mapeamentos, censos e amostras - a respeito da realidade cultural sobre a qual se pretende atuar. Por meio do levantamento dos artistas, produtores, grupos de cultura popular, patrimônio material e imaterial, eventos, equipamentos culturais, órgãos públicos e privados e movimentos sociais de cultura é possível planejar e executar com maior precisão programas e projetos culturais. Os indicadores podem ser qualitativos e quantitativos.

Programa de Formação na Área da Cultura - Conjunto de iniciativas de qualificação técnico-administrativa – cursos, seminários e oficinas - de agentes públicos e privados envolvidos com a gestão cultural, a formulação e a execução de programas e projetos culturais.

Sistemas Setoriais de Cultura - Subsistemas do SNC que se estruturam para responder com maior eficácia à complexidade da área cultural, que se divide em muitos setores, com características distintas. Em geral, a necessidade de criar subsistemas – como os de bibliotecas, museus, do patrimônio cultural, das artes e outros – surge nos lugares onde as demandas específicas se ampliam de tal forma que é preciso organizar estruturas próprias para seu atendimento.

ANEXO II:

São componentes do Sistema Estadual de Cultura:

I - organismos de gestão cultural: a) o Conselho Estadual de Cultura;

b) a Secretaria de Cultura, seus órgãos e entidades; c) sistemas setoriais de cultura do Estado; d) sistemas municipais de cultura ou órgãos municipais de cultura; e) instituições de cooperação intermunicipal; f) instituições de cooperação interestadual, nacional e internacional.

II - mecanismos de gestão cultural: a) Plano Estadual de Cultura, planos de desenvolvimento territorial e setoriais de cultura; b) Sistema de Fomento e Financiamento à Cultura; c) Sistema de Informações e Indicadores Culturais; d) Sistema de Formação Cultural.

III - instâncias de consulta, participação e controle social: a) Conferência Estadual de Cultura; b) colegiados setoriais, temáticos ou territoriais de cultura; c) Fórum de Dirigentes Municipais de Cultura; d) Ouvidoria do Sistema Estadual de Cultura; e) outras formas organizativas, inclusive fóruns e coletivos específicos da área cultural de iniciativa da sociedade (BAHIA, 2011).

Secretaria de Cultura - Órgão gestor do Sistema Estadual de Cultura, tem o compromisso de coordenar a política cultural do Estado, cumprindo seus objetivos de acordo com as diretrizes assumidas, além de ser a responsável por estimular e acompanhar as ações do Sistema a nível municipal.

Conselho Estadual de Cultura - Órgão colegiado que tem como finalidade a formulação da Política Estadual de Cultura, é formado por 30 (trinta) membros titulares e igual número de suplentes, sendo dois terços da sociedade civil e um terço de representantes do poder público. Os membros são escolhidos democraticamente, levando em consideração sua representatividade no campo. São nomeados pelo Governador.

Sistemas setoriais de cultura – São responsáveis pela articulação e integração dos planos e programas nas diversas áreas de atuação da cultura, contribuindo diretamente com a organização desses setores, de forma estruturante, em todos os elos da cadeia produtiva.

Sistema de Fomento e Financiamento à Cultura – Gerencia os recursos orçamentários disponíveis, garantindo a criação, pesquisa, produção, circulação, fruição, memória, proteção, valorização, dinamização, formação, gestão, cooperação e ao intercâmbio nacional e internacional dos bens culturais. Entre os mecanismos de

fomento previstos pela Lei destacam-se o Fundo de Cultura da Bahia (FCBA), o Fazcultura, Calendário das Artes, Pontos de Cultura e os Carnavais Ouro Negro e Pipoca Pelô.

Sistema de Informações e Indicadores Culturais (SIIC) – Implantado pela Secretaria em 2012, é responsável pela sistematização, interpretação e disponibilização de dados e informações que subsidiam as ações da política cultural.

Sistema de Formação Cultural – Um conjunto de ações que garantem a formalização e capacitação dos agentes culturais, tendo como prioridade o aperfeiçoamento técnico, artístico e de gestão.

Colegiados setoriais, temáticos ou territoriais – Instâncias convocadas pelo poder público, que tratam de questões territoriais ou relacionadas a segmentos culturais específicos, sendo composto pelo poder público e atores culturais da sociedade civil, que representam as especificidades de cada colegiado. Atualmente a Secretaria dispõe de 18 (dezoito) colegiados setores, acompanhados pela centralizada e por suas autarquias, a saber: Fundação Cultural do Estado da Bahia (Colegiados Setoriais das Artes - Artes Visuais, Audiovisual, Circo, Dança, Literatura, Música, Teatro); Fundação Pedro Calmon (Arquivo e memória, Bibliotecas, Livro e Leitura; Centro de Culturas Populares e Identitárias (Culturas Populares, Cultura Afrobrasileira, Culturas Indígenas); Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (Museus, Patrimônio Cultural); Superintendência de Promoção Cultural (Design, Moda); Superintendência de Desenvolvimento Territorial da Cultura (Colegiado de gestão participativa dos espaços culturais).

Fórum de Dirigentes Municipais de Cultura - Instância de caráter consultivo, opinativo e organizativo, integrante, que tem o objetivo de promover a articulação dos municípios baianos para a formulação e execução de políticas culturais, contribuindo com o desenvolvimento local e territorial da cultura.

Plano Estadual de Cultura - Aprovado por unanimidade no plenário da Assembleia Legislativa da Bahia, orienta as políticas públicas de cultura, valorizando e promovendo a diversidade artística e cultural da Bahia, garantindo o acesso de todo cidadão aos bens e serviços artísticos e culturais e, estimulando a criação e a produção cultural.

Conferências Estaduais de Cultura - Espaços de debate e proposição de políticas, programas e ações para o campo cultural, por representantes do poder público, da sociedade civil, das comunidades culturais, artistas, produtores, agentes e articuladores. É uma das formas da sociedade civil interferir e participar da formulação e execução das políticas culturais, visando garantir uma gestão democrática da política cultural do município, do estado e do país.

REFERÊNCIAS

BAHIA. **Legislação da Cultura na Bahia.** Disponível em <<http://www.cultura.ba.gov.br/arquivos/File/publicacaolegislaodaculturanaBahia.pdf>>. Acesso em 20 de janeiro de 2019.

_____. **Secretaria de Cultura (SECULT).** Disponível em: <www.cultura.ba.gov.br>. Acesso em 30 de janeiro de 2019.

_____. **Blog V Conferência Estadual de Cultura.** Disponível em: <<https://conferenciadecultura.wordpress.com/>>. Acesso em 30 de janeiro de 2019.

_____. **Decreto nº 11.695, de 03 de setembro de 2009.** Disponível em: <<http://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/818896/decreto-11695-09>>. Acesso em 10 de outubro de 2019.

_____. **Lei nº 12.365/2011, de 30 de novembro de 2011.** Dispõe sobre a Política Estadual de Cultura, institui o Sistema Estadual de Cultura, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.cultura.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=96>>. Acesso em 03 de fevereiro de 2019.

_____. **Decreto nº 13.025, de 19 de julho de 2011.** Disponível em: <<http://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/1028421/decreto-13025-11>>. Acesso em 20 de março de 2019.

_____. **Lei nº 12.365/2011, de 30 de novembro de 2011.** Dispõe sobre a Política Estadual de Cultura, institui o Sistema Estadual de Cultura, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.cultura.ba.gov.br/wp-content/uploads/2010/06/Lei-12.365-de-30-11-2011-Lei-Org%C3%A2nica-da-Cultura.pdf>>. Acesso em 03 de outubro de 2019.

BARBALHO, Alexandre. Políticas Culturais no Brasil: Identidade e diversidade sem diferença. In: RUBIM, A. A. C.; BARBALHO, A. (Orgs.). **Políticas Culturais no Brasil.**: EDUFBA, 2007.

BARBOSA, Juciara Maria Nogueira. **Descompasso: como e porque o modernismo tardou a chegar na Bahia.** In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 2009, Salvador. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19289.pdf>>. Acesso em 23 de outubro de 2019.

BOTELHO, Isaura. **A política Cultural e o plano das ideias.** In: RUBIM, A. A. C.; BARBALHO, A. (Orgs.). **Políticas Culturais no Brasil.** Salvador: EDUFBA, 2007.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Guia de Orientação para os Municípios:** perguntas e respostas. Brasília, DF: MinC e SAI, 2011. 56 p. Disponível em: <<http://www.medicina.ufrj.br/acessibilidadecultural/sitenovo/wp->

content/uploads/2013/04/guia_orientacoes_municipios-snc-
erguntas_e_respostas_23mai2011.pdf>. Acesso em 20 de março de 2019.

_____. Ministério da Cultura. **Guia de Orientações para os Estados Sistema Nacional de Cultura Perguntas e Respostas**. Brasília, DF; MinC e SNC, 2011. 80 p. Disponível em: <<http://portalsnc.cultura.gov.br/wp-content/uploads/sites/32/2018/04/Guia-de-Orienta%C3%A7%C3%B5es-para-os-Estados-Perguntas-e-Respostas.pdf>>. Acesso em 30 de abril de 2019.

_____. Ministério da Cultura. Secretaria de Articulação Institucional. **Estruturação, Institucionalização e Implementação do Sistema Nacional de Cultura**. Brasília, DF: MinC, SAI, CGRFS e SNC: 2010. Disponível em <<http://www.cultura.mg.gov.br/files/sac/link6%20SNC.pdf>>. Acesso em: 30 de janeiro de 2019.

CANEDO, Daniele. **Cultura, Democracia e Participação Social**: Um estudo da II Conferência Estadual de Cultura da Bahia. 2008. 191 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

FELIX, Paula. Plano Nacional de Cultura: Estratégias e ações para dez anos. In: RUBIM, A. A. C. (Org.). **Políticas Culturais no Governo Lula**. Salvador: EDUFBA, 2010. 308 p.

FERNANDES, Taiane. **Políticas culturais estaduais na Bahia: governo Antônio Carlos Magalhães–1991-1994**. Salvador, [2006. 23 p.]. Disponível em <http://www.cult.ufba.br/arquivos/Politicas_Culturais_gestao_ACM_91_94_FINAL_Taiane.pdf>. Acesso em 04 de novembro de 2019.

GERSCHMAN, Sílvia. **A Democracia Inconclusa: um estudo da Reforma Sanitária brasileira**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2004.

RUBIM, Albino. **Políticas Culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios**. In: RUBIM, A. A. C.; BARBALHO, A. (Orgs.). **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007.

_____. **O lugar da política na sociabilidade contemporânea**. Disponível em: <http://bocc.ubi.pt/pag/_texto.php3?html2=rubim-antonio-politica-contemporanea.html>. Acesso em 25 de janeiro de 2019.

_____. **Políticas Culturais no governo Lula/Gil: desafios e enfrentamentos**. In: **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**. São Paulo, 2008.